

RESENHA

PRESERVAR, ESCONDER, MENTIR E CALAR

OS ARQUIVOS DA REPRESSÃO NO BRASIL

PRESERVE, HIDE, LIE AND HUSH

THE ARCHIVES OF REPRESSION IN BRAZIL

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 237 p.

FRANCISCO ALCIDES COUGO JUNIOR | Professor substituto do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); bacharel em Arquivologia pela UFRGS; licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande; mestre em História pela UFRGS e presidente da organização Arquivistas sem Fronteiras do Brasil.

Dono de respeitável e congratulada carreira no jornalismo (três prêmios Esso, dois Vladimir Herzog), o mineiro Lucas Figueiredo tem autoridade para escrever sobre temáticas envolvidas por mistério e segredo. Seu primeiro livro, *Morcegos negros* (Record, 2000), desnudou a rede de envolvidos no chamado “escândalo PC Farias”; o segundo, *Ministério do silêncio* (Record, 2005), remontou a história dos serviços secretos brasileiros, com precisão de dados e forte riqueza documental. Em 2005, Figueiredo trouxe à tona o conteúdo do *Orvil*, um livro até então mantido incógnito. A publicação, que teve sua circulação proibida pelo então presidente José Sarney, conta a versão dos militares sobre a ditadura iniciada em 1964. Através de seu achado, o autor foi convidado a integrar a equipe de pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), trabalho no qual obteve dados, documentos e depoimentos, agora em parte reunidos em *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura* (Companhia das Letras, 2015).

O novo livro de Lucas Figueiredo inaugura a coleção Arquivos da Repressão no Brasil, coordenada pela historiadora Heloísa Maria Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais. Entre novembro de 2012 e julho de 2013, Starling dirigiu o projeto República, um grupo de trabalho destinado a remontar as estruturas do sistema de inteligência e repressão política da ditadura civil-militar. A equipe, formada por historiadores e jornalistas

(dentre os quais, Lucas Figueiredo), realizou um vasto levantamento a respeito dos centros de inteligência e investigação das Forças Armadas entre os anos de 1964 e 1988. A história deste trabalho e de seus resultados compõe o pequeno, mas substancial *Lugar nenhum*, de Figueiredo.

Escrita em linguagem jornalística, a obra é dividida por atos, verbos utilizados pelo autor para definir as distintas fases da relação entre os serviços de inteligência dos militares e os documentos produzidos por eles. O objetivo deste livro, além de refazer a trajetória de tal relação e documentar os resultados do projeto República, é mostrar como os arquivos da repressão no Brasil foram sistematicamente produzidos, geridos, guardados, preservados e mantidos fora do alcance do público, da Justiça e das vítimas deste período. Figueiredo aponta, inicialmente, uma questão que até hoje inquieta quem busca por informação qualificada sobre esta fase: por que os documentos liberados à consulta pública pelos serviços de inteligência dizem tão pouco sobre os crimes cometidos pela ditadura civil-militar? De acordo com o autor, a pergunta nos leva à infeliz constatação de que o Brasil vive a insólita condição de ter acesso a papéis sigilosos que apenas contém amenidades sobre a etapa mais violenta da história recente do país. Os documentos capazes de esclarecer o destino dos 243 desaparecidos políticos e 434 mortos seguem fechados à consulta.

A trajetória desta documentação começa a ser abordada por Figueiredo no primeiro ato, "Preservar". Neste capítulo, o autor percorre a trajetória dos quatro organismos centrais da inteligência brasileira na ditadura, o Centro de Informações do Exército (CIE), de 1967; o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), de 1970; o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), também de 1970; e o próprio Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964. De acordo com Figueiredo, a missão destes órgãos era a de coletar, analisar e difundir informações sobre as atividades de resistência à ditadura, motivo pelo qual a preocupação com relação aos arquivos e documentos produzidos na época foi premente desde o início. Aponta que só o Cenimar guardava, um ano após sua criação, documentos referentes a 325 mil pessoas. Para dar conta de tamanha quantidade de informações, a Divisão de Registro do Centro foi totalmente reestruturada em 1971, mesmo ano no qual surgem as primeiras iniciativas de microfilmagem capitaneadas pelas Forças Armadas.

Ao contar a história da seção de microfilmagem da divisão de registro do Cenimar, Lucas Figueiredo escancara a pouco conhecida influência dos militares na história da arquivologia brasileira. Através de documentos obtidos pela Comissão Nacional da Verdade, o jornalista mostra que, em 1972, "um certo professor Lázaro" ministrou aulas para agentes da inteligência da Marinha, ensinando-os os mais modernos preceitos da microfilmagem, bem como os meandros da lei específica criada pelo governo militar, em 1968, para regulamentar o uso e a preservação de microformas no âmbito público. Os documentos obtidos pelo autor mostram que empresas estatais como Furnas e Petrobras, além da Biblioteca Nacional, influenciaram na implantação dos birôs de microfilmagem das instituições militares e na troca de informações sobre armazenamento de dados e cuidado com arquivos. Desde o início, os serviços de inteligência preocuparam-se em registrar cada passo de suas ações no campo dos arquivos, chegando até a criar duas operações dirigidas exclusi-

vamente a atividades de microfilmagem e organização dos acervos (Operação Registro e Operação Netuno, ambas de 1972).

No fim do capítulo-ato “Preservar”, Figueiredo mostra de que forma os militares criaram e implantaram rotinas de gestão e preservação de documentos utilizando-se de sucessivos inventários, alguns baseados nos conhecimentos arquivísticos do período. Por meio de um destes levantamentos, é possível vislumbrar que os critérios de classificação e descrição (embora tais termos não apareçam no jargão militar) baseavam-se em categorias como tipo documental, identificação do órgão emissor/acumulador, período e nome do agente envolvido. A inventariação dos documentos era uma das premissas militares para a troca de informações entre os diferentes serviços, ao redor dos distintos estados da federação.

O segundo ato de *Lugar nenhum* trata da postura de ocultamento dos arquivos pelos militares. Em “Esconder”, Figueiredo revisa a postura dos sete chefes de Estado brasileiros pós-ditadura em relação aos arquivos militares. A investigação do autor apontou que, em que pesem as diferenças de tratamento dadas pelos distintos presidentes ao tema, a postura das forças armadas foi quase sempre a mesma: triar, selecionar e destruir arquivos comprometedores, quando viável e possível (uma espécie de operação-limpeza, iniciada antes mesmo do fim da ditadura) e ocultar a existência dos documentos não destruídos.

Para ocultar a possibilidade de que existissem provas sobre as graves violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar ao longo da ditadura, Exército, Marinha e Aeronáutica adotaram a atitude caracterizada por Figueiredo no ato “Mentir”. Pressionados de forma, mais ou menos, intensa por governantes sociedade civil e, principalmente, pelos familiares de vítimas da repressão, os militares adotaram – sobretudo ao longo dos anos 1990 e 2000 – a clara posição de negar, à exaustão, a existência de seus arquivos. Alegando que tais registros haviam sido destruídos, as forças armadas acabaram por declarar que infringiam a própria legislação arquivística nacional, utilizada erroneamente para justificar supostos atos de destruição de registros públicos. Em pertinente levantamento, Figueiredo apresenta uma tabela com as “regras para destruição de documentos sigilosos”, entre os anos de 1949 e 1997. Nela, o autor expõe de que forma os militares mentiram sobre as possibilidades oferecidas pela lei quanto à eliminação de documentos.

O quarto e último ato de *Lugar nenhum*, “Calar-se”, expõe enfim a velada aceitação das justificativas militares sobre o desaparecimento de partes de seus acervos e a intensa abertura destes arquivos a partir de 2003. Ao mencionar o período, o jornalista aponta que – a despeito da liberação de documentos antes mantidos em sigilo – as informações trazidas à tona pouco ou nada acrescentaram no quebra-cabeças sobre o entendimento dos mecanismos de repressão e violência institucional advindos do Golpe de 1964. Ao contrário, elas acabaram servindo aos interesses das próprias forças armadas, que consideraram quitada sua “dívida de memória” com a história, ao passo que o esclarecimento sobre seus crimes quedava pendente.

Figueiredo pôde reconstituir a história dos arquivos da ditadura a partir de uma caixa de microfimes entregue por uma fonte não identificada ao jornalista Leonel Rocha – e repassada por este à Comissão Nacional da Verdade. Nos microfimes, estão registros da história

da repressão e, mais do que isso, dos elaborados procedimentos arquivísticos utilizados pelos militares para gerir, preservar e ocultar informação. A contribuição destes documentos foi fundamental para o esclarecimento sobre o funcionamento da produção de dados e de certa “arquivística militar brasileira”. A reunião de tais dados em *Lugar nenhum* assinala a importância dos documentos deste tempo e levanta questionamentos pertinentes a respeito da participação da arquivística (seus agentes, seus preceitos teóricos e sua legislação) na política de produção, retenção, guarda e sigilo dos documentos da repressão de Estado, um campo que merece ser melhor estudado pelos arquivistas.

Recebido em 26/4/2016

Aprovado em 25/8/2016